

## TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2017

**TOMADA DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE LAUDO TÉCNICO COM MENSURAMENTO, ANÁLISE, TESTES E OBSERVÂNCIA DE CONSERVAÇÃO E INTEGRIDADE DE ELEMENTOS ESTRUTURAIS COMPOSTOS NA EDIFICAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ, CONFORME ESPECIFICADO NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, PARTE INTEGRANTE DO PRESENTE EDITAL.**

### 1. PREÂMBULO

- 1.1 A Câmara Municipal de Santo André, situada na Praça IV Centenário, nº 2, Centro, Santo André – São Paulo, por seu **Presidente Vereador Almir Roberto Cicote**, torna público que acha-se aberta LICITAÇÃO na modalidade **TOMADA DE PREÇOS**, do tipo **menor preço global**, com a finalidade acima indicada, **extensivo à empresas cadastradas em qualquer Órgão integrante da Administração Pública do Município de Santo André, na correspondente especialidade**, a qual será regida pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, com as alterações posteriores, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com alterações posteriores, e processada em conformidade com as disposições deste Edital, por meio da Comissão de Licitações.
  - 1.1.1 A execução do serviço será feita sob o **REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**.
- 1.2 Os envelopes DOCUMENTAÇÃO e PROPOSTA deverão ser apresentados no **dia 08/12/2017 às 10h30 min** impreterivelmente, na Sala das Comissões da Câmara Municipal de Santo André, no Prédio do Legislativo na Praça IV Centenário nº 02, Centro, em Santo André - SP, quando serão recebidos e abertos na forma prevista neste Edital.
- 1.3 Solicitamos às empresas interessadas que compareçam às sessões por meio de representantes, regularmente credenciados, com poderes específicos para interpor ou desistir de recursos, sendo que a ausência de credencial implicará na impossibilidade de manifestação durante os trabalhos, facultada, contudo, a assinatura da ata, com a ciência de seu conteúdo, inclusive quanto ao transcurso dos prazos recursais.
  - 1.3.1 O credenciamento poderá ser procedido mediante apresentação de procuração ou documento subscrito pela empresa, em papel próprio, contendo, obrigatoriamente, a indicação do número da cédula de identidade ou documento equivalente, bem como a comprovação dos poderes da outorgante.

- 1.3.2** As microempresas ou empresas de pequeno porte (ME e EPP), ora denominadas “pequenas empresas” deverão estar devidamente representadas em todas as fases do certame licitatório com amplos poderes para fim do exercício dos direitos previstos na Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores.

## **2 OBJETO DA LICITAÇÃO**

- 2.1** Visa esta licitação contratar empresa especializada para elaboração de laudo técnico com mensuramento, análise, testes e observância de conservação e integridade de elementos estruturais compostos na edificação da Câmara Municipal de Santo André-SP, de acordo com o Anexo I - Termo de Referência, parte integrante do presente edital.
- 2.2** Os serviços deverão ser executados de acordo com documentos técnicos, projetos, especificações, termo de referência e demais elementos técnicos fornecidos pela Câmara nos termos deste edital e seus anexos e na proposta licitada, naquilo em que não contrariar o edital, os quais ficarão fazendo parte integrante do contrato a ser ajustado com a vencedora, independentemente de transcrições.
- 2.3** O prazo para conclusão dos serviços será de **70 (setenta) dias corridos**, cujo início deverá ser até o 3º (terceiro) dia útil após a assinatura do contrato.
- 2.3.1** Serão consignados no Diário de Ocorrências e descontados os dias de impossibilidade de trabalho, desde que decorram de motivos plenamente justificáveis e aceitos, podendo motivar a lavratura de prévio Termo Aditivo para a prorrogação do prazo contratual.
- 2.3.2** As interrupções somente serão aceitas pela Câmara se os fatos causadores das ocorrências forem devidamente comprovados e desde que os mesmos não decorram, direta ou indiretamente, de conduta dolosa ou culposa da Contratada.

## **3 IMPEDIMENTOS À PARTICIPAÇÃO**

- 3.1** Poderão participar da presente licitação empresas cadastradas **ou** que procederem na forma do item 5.1.3, cujo ramo de atividade seja pertinente ao objeto a ser licitado.
- 3.2** Além das vedações estabelecidas pelo artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93, não será permitida a participação de empresas e/ou pessoas físicas:
- 3.2.1** Estrangeiras que não funcionem no País;
- 3.2.2** Reunidas sob a forma de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;

- 3.2.3** Sob processo de concordata, falência, concurso de credores, insolvência, recuperação extrajudicial, dissolução ou liquidação;
- 3.2.3.1** As empresas em recuperação judicial poderão participar, desde que a licitante apresente o correspondente plano de recuperação homologado pelo juízo competente, nos termos do item 5.6.
- 3.2.4** Suspensas temporariamente para licitar e impedidas de contratar com o Município de Santo André, nos termos do inciso III do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;
- 3.2.5** Impedidas de licitar e contratar nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/02;
- 3.2.6** Impedidas de licitar e contratar nos termos do artigo 10 da Lei nº 9.605/98;
- 3.2.7** Declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas por qualquer ente federativo.
- 3.2.8** Não cadastradas e que não preencham as condições de cadastramento previstas no item 5.1.3.

#### **4 CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO E FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES**

- 4.1** Deverão ser apresentados DOIS ENVELOPES fechados, o primeiro com a designação “DOCUMENTAÇÃO”, contendo os documentos destinados à Habilitação da licitante, e o segundo envelope com a designação “PROPOSTA COMERCIAL”, contendo a proposta de preços da empresa, devendo ambos os envelopes trazer, na parte externa, as seguintes indicações: Razão Social da empresa, a data e horário estabelecido para apresentação e o número deste edital. **Todos os documentos deverão ser apresentados no original ou em cópia devidamente autenticada.**
- 4.2** A Comissão procederá, à vista do documento original, ao reconhecimento de cópia não autenticada, desde que encerrada no envelope DOCUMENTAÇÃO. O documento original poderá estar contido no envelope DOCUMENTAÇÃO ou ser apresentado à Comissão, na sessão de abertura do certame.
- 4.2.1** Os documentos apresentados no original, contidos no envelope DOCUMENTAÇÃO, serão liberados pela Comissão, após a abertura do envelope “DOCUMENTAÇÃO”, facultando-se a sua liberação durante a sessão de habilitação.

#### **5 DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO - ENVELOPE "DOCUMENTAÇÃO"**

Este envelope deverá conter no seu interior, em **UMA VIA** apenas, os documentos enumerados a seguir, que deverão ser apresentados no original ou por qualquer processo de cópia, desde que regularmente autenticada, ou por publicação em órgão da Imprensa Oficial - (Diário Oficial).

- 5.1** Para a habilitação, todos os licitantes deverão ter Cartão de Registro Cadastral (CRC) da Prefeitura Municipal de Santo André, **Categoria “A” ou “C”, Classes 1, 2, 3, 4 ou 5**, com validade na data de apresentação da proposta.
- 5.1.1** As empresas cadastradas em outros órgãos da Administração Municipal de Santo André deverão apresentar CRC com Categoria em uma das Classes mencionadas no item 5.1. deste Edital, acompanhado das atividades para as quais a mesma está habilitada.
- 5.1.2** Caso haja superveniência de fato impeditivo da habilitação, fica obrigada a licitante a declará-lo, sujeitando-se, em não o fazendo, às penalidades cabíveis.
- 5.1.3** As licitantes que não possuem cadastro poderão requerer sua inscrição até, no máximo, 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada no item 1.2. deste Edital, junto à Encarregatura de Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Santo André, no 13º andar do Edifício do Executivo, no horário das 8 às 17 horas, de segunda à sexta-feira. Maiores informações pelo telefone (11) 4433-0348.
- 5.1.4** Os documentos para cadastramento serão analisados pela Comissão Permanente de Licitações – COPEL II – da Prefeitura, de cujo parecer dependerá a emissão ou não do C.R.C. ao interessado.
- 5.2** Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), através do documento “Certificado de Regularidade do FGTS – CRF”, expedido pela Caixa Econômica Federal, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei, cuja aceitação, condiciona-se à confirmação de sua autenticidade via internet;
- 5.3** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e tributos federais através do documento “Certidão Negativa, ou Positiva com efeitos de Negativa, de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União”, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751/14, cuja aceitação, condiciona-se à confirmação de sua autenticidade via internet;
- 5.4** Prova de inexistência de débitos trabalhistas através do documento “Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT”, expedida pela Justiça do Trabalho conforme Lei nº. 12.440, de 07 de julho de 2011, cuja aceitação condiciona-se à confirmação de sua autenticidade via internet.
- 5.5** Prova de regularidade para com as Fazendas:
- 5.5.1** ESTADUAL, através do documento “Certidão Negativa, ou Positiva com efeitos de Negativa, de Débitos relativos aos Tributos Estaduais” do domicílio ou sede da Licitante, ou outra equivalente na forma da Lei;

- 5.5.2** MUNICIPAL, através do documento “Certidão Negativa, ou Positiva com efeitos de Negativa, de Débitos relativos aos Tributos Mobiliários Municipais” do domicílio ou sede da Licitante, ou outra equivalente na forma da Lei;
- 5.6** Certidão Negativa de Falência ou Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo Distribuidor Judicial do Foro da sede da Licitante, emitido em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias entre a data de sua expedição e a da abertura da sessão pública;
- 5.6.1** Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor:
- 5.6.1.1** Para o caso de empresas em recuperação judicial: Deve apresentar declaração, em papel timbrado, de estar ciente de que, no momento da assinatura do contrato, a mesma deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou, se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que a LICITANTE está cumprindo o plano de recuperação judicial;
- 5.6.1.2** Para o caso de empresas em recuperação extrajudicial: Deve apresentar declaração, em papel timbrado, de estar ciente de que, no momento da assinatura do contrato, a mesma deverá apresentar comprovação documental do cumprimento das obrigações do plano de recuperação extrajudicial.
- 5.7** As LICITANTES devidamente enquadradas como pequenas empresas, em conformidade com a Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores, deverão apresentar a declaração expressa de que no momento da abertura da sessão atendem a condição de pequena empresa nos termos da legislação fiscal e societária, conforme modelo constante no Anexo V, bem como os documentos relativos à regularidade fiscal, ainda que existam pendências, observadas as condições previstas no item 8.2.
- 5.7.1** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme previsto na Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014.

- 5.7.2** A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 5.7.1, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultado à Câmara Municipal convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.
- 5.8** Deverão ser apresentados os seguintes documentos comprobatórios da capacidade técnica e idoneidade financeira da empresa, específicos para contratação dos serviços objetivados neste Edital, a saber:
- 5.8.1** Atestado(s) de capacidade(s) técnica(s), emitido(s) em nome da empresa licitante ou em nome do profissional indicado na equipe técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente registrado na entidade profissional competente, comprovando ter executado serviços compatíveis com o objeto licitado, observando como parcelas de maior relevância técnica, bem como o que determina o Tribunal de Contas, DNIT portaria nº 108 de Fev/2008, o que segue:
- a) Pontos e áreas localizadas com exposição e corrosão de armaduras nas faces laterais e inferiores de vigas e lajes;
  - b) Concreto disgregado acompanhados de armaduras expostas;
  - c) Manchas de umidade acompanhadas de eflorescência.
- 5.8.2** Comprovação da licitante de possuir em seu quadro, por meio de registro na Carteira de Trabalho, Ficha de Empregado ou Contrato de Trabalho, Contrato de natureza civil com trabalhador autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços, ou Contrato Social, profissional na modalidade de Engenharia Civil ou Arquitetura, detentor do(s) Atestado(s) especificado(s) no item 5.8.1, que possa atestar atividades conforme artigo 1º da Resolução 218 do CONFEA – **Atividade 11 - Execução de Obras e Serviços** ou no caso de Arquiteto, conforme artigo 2º da Lei Federal 12.378/2010 – **Atividade XII - execução, fiscalização e condução de obra, instalação e serviço técnico;**
- 5.8.3** Certificado de Acervo Técnico - CAT, emitido em nome do profissional citado no item 5.8.2, comprovando a execução de serviços de características semelhantes e de complexidade tecnológica e operacional pertinente e compatível com o objeto da licitação.
- 5.8.4** Declaração subscrita pelo profissional detentor dos atestados utilizados para a demonstração da capacitação técnico-profissional, assumindo a responsabilidade técnica pelo acompanhamento da execução contratual;
- 5.9** Declaração a ser emitida pela **Diretoria Operacional desta Câmara**, de que a empresa vistoriou o local dos serviços e de que tem total conhecimento das reais condições do local, assinado por representantes de ambas as partes;

**5.9.1** A vistoria deverá ser agendada através do fone (XX11) 3429.5947 ou 3429.5979, indicando a empresa licitante, neste momento o profissional credenciado para a realização da mesma;

**5.9.2** No dia da vistoria o profissional deverá apresentar o seu credenciamento.

**5.10** Declaração expressa do Licitante firmada, sob as penas da lei, de que não descumpra as proibições quanto à utilização de mão de obra infantil, menor de 16 (dezesesseis) anos, bem como não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, conforme disposto no Artigo 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal (Conforme Anexo IV do Edital);

## **6 DESISTÊNCIA DA PROPOSTA**

**6.1** Após a fase de habilitação não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Permanente de Licitações.

## **7 ELEMENTOS E REQUISITOS DA PROPOSTA COMERCIAL - ENVELOPE “PROPOSTA”**

**7.1** O envelope PROPOSTA só será aberto se forem julgados em ordem os documentos apresentados no envelope DOCUMENTAÇÃO e deverá conter a proposta datilografada, mecânica, elétrica ou eletronicamente, em UMA VIA, com escrita numa só das faces de cada folha, sem emendas, nem rasuras, da qual deverão constar, de forma clara e precisa, os elementos e requisitos seguintes:

**7.1.1** Nome ou razão social, o endereço da empresa licitante e o número deste edital;

**7.1.2** Apresentação do preço global, em reais, com duas casas decimais, conforme modelo de proposta (Anexo II), devendo computar na sua composição todos os custos globais dos serviços licitados, conforme termo de referência (Anexo I), considerando na composição dos preços também os custos dos itens abaixo:

- a) **Mão de obra:** pessoal, seu transporte, alimentação, assistência médica e social, equipamentos de proteção individual necessários à segurança pessoal;
- b) **Veículos e equipamentos:** operação e manutenção de todos os veículos e equipamentos de sua propriedade ou sob sua responsabilidade, necessários à execução dos serviços;
- c) **Ferramentas aparelhos e instrumentos:** operação e manutenção de ferramentas, aparelhos e instrumentos de sua propriedade, necessários à realização dos serviços;

- d) **Ônus diretos e indiretos:** encargos sociais e administrativos, tributos, amortizações, seguros, juros, lucros e riscos, horas improdutivas de mão de obra e equipamentos;
- e) **Despesas com realização de ensaios e teste de materiais:** quando previstos em projeto ou exigidos pela Fiscalização da Câmara, sendo que o ônus decorrente de tais ensaios correm por conta exclusiva da empresa licitante;
- f) **Todas as despesas,** inclusive as de manutenção de equipamento e locomoção (ida e volta) aos locais aonde serão realizados os estudos/análises, energia elétrica, telefone, abastecimento de água, consumo de combustíveis e de óleos lubrificantes, escritório, expediente, fornecimento de mão de obra, encargos de Leis Sociais e quaisquer outras despesas acessórias e necessárias, ainda que não especificadas neste edital, relativas aos trabalhos objetos desta licitação;
- g) **Sinalização provisória:** a contratada será a única responsável pela sinalização do Trânsito durante a execução dos serviços caso os mesmos interfiram com as vias públicas, devendo empregar sinalização adequada e de acordo com a legislação, tanto no período diurno como noturno, para trânsito de veículos e pedestres;
- h) **Despesas com a manutenção da equipe** que responda pela integridade física dos participantes dos serviços objetos deste Edital, dos equipamentos e materiais de propriedade da CMSA e que estejam sob a guarda da CONTRATADA;
- i) **Despesas** com relatórios fotográficos;
- j) **Despesas** com as cópias dos arquivos eletrônicos a ser entregues pela Câmara;
- k) **Despesas** com instalação de placas.

**7.1.3** Prazo de validade da proposta, que deverá ser de 60 (sessenta) dias, contados da data em que ocorrer a abertura do respectivo envelope, observado, na contagem do mesmo, o critério estabelecido no artigo 110 da Lei Federal 8.666/93.

**7.1.4** Assinatura do responsável pela proposta, acompanhada do respectivo nome e função na empresa, de modo a identificá-lo.

**7.2** É obrigatória a apresentação dos preços para os serviços relacionados no termo de referência anexo a este Edital.

## **8 DO PROCESSAMENTO E JULGAMENTO**

**8.1** No dia e horário estabelecidos no item 1.2 deste Edital, na presença dos membros da "Comissão" e representantes das licitantes presentes, em reunião dirigida pela(o) Presidente da Comissão ou seu(sua) substituto(a), serão abertos os envelopes "DOCUMENTAÇÃO", sendo apreciados os respectivos conteúdos.

- 8.1.1** As pequenas empresas serão indagadas, na sessão pública, no momento da apresentação dos envelopes, sobre a intenção do exercício dos direitos previstos na Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores.
- 8.2** As pequenas empresas que apresentarem os documentos, conforme o disposto no item 5.7 deste edital serão consideradas provisoriamente habilitadas para a fase de abertura das propostas.
- 8.2.1** Será concedido à LICITANTE vencedora, enquadrada no “caput” deste item, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização das pendências relativas à regularidade fiscal, prorrogáveis por uma única vez, por igual período a critério da Autoridade e desde que solicitado, por escrito, pela LICITANTE.
- 8.2.2** A não regularização das pendências, no prazo previsto no item 8.2.1, implicará em decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades impostas pelos itens 9.3 e 14 deste edital e demais sanções pela Lei Federal nº 8.666/93.
- 8.3** Serão devolvidos fechados os envelopes "PROPOSTA" das licitantes julgadas inabilitadas, desde que não tenha havido recurso ou, após negado provimento ao mesmo, se for o caso.
- 8.4** Havendo desistência expressa quanto ao oferecimento de recursos relacionados com a fase de habilitação, o que constará da Ata, será procedida a abertura dos envelopes "PROPOSTA" das empresas habilitadas na mesma sessão pública.
- 8.5** Não havendo desistência quanto ao oferecimento de recursos, decorrido o prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da lavratura da Ata, a Presidência da Comissão poderá fixar, na mesma oportunidade ou posteriormente, nova data para abertura dos Envelopes "PROPOSTA", compatível com o julgamento dos mesmos.
- 8.6** Decidida a fase de habilitação, serão abertos os envelopes "PROPOSTA" das empresas habilitadas, sendo todos os documentos rubricados pelos representantes das empresas presentes e pela Comissão.
- 8.7** As propostas serão **classificadas pelo critério de menor preço global**, observados os requisitos estabelecidos no item 7 e seus subitens.
- 8.7.1** Somente serão levadas em consideração, para efeito de julgamento, as propostas apresentadas de acordo com as exigências legais e regulamentares do presente Edital, sendo desclassificadas aquelas que não atenderem a tais exigências.
- 8.7.2** Será assegurada às pequenas empresas, como critério de desempate, a preferência de contratação, de acordo com o estabelecido no artigo 44 da Lei Complementar nº 123/06.

- 8.7.3** Entende-se por empate, situações em que as propostas apresentadas pelas pequenas empresas sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à melhor proposta classificada.
- 8.8** Na hipótese de empate, nos termos da Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores, será procedido o seguinte:
- 8.8.1** A pequena empresa e micro empresa mais bem classificada poderá apresentar, na sessão pública, proposta de preço inferior àquela considerada originalmente vencedora do certame, momento em que será consignado seu preço em ata, e será adjudicado em seu favor o objeto licitado.
- 8.8.1.1** Caso a pequena empresa mais bem classificada não exercer o direito de preferência, não cobrindo o menor preço até então apresentado conforme item 8.8.1, serão convocadas as demais empresas que porventura se enquadrem na hipótese do item 8.7.3, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- 8.8.2** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas pequenas empresas que se encontrem na situação descrita no item 8.7.3, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar uma única oferta. Nesta situação será assegurada a oportunidade de uma oferta para cada empresa, aplicando-se o disposto no item 8.8.1.
- 8.8.3** A proposta readequada deverá ser entregue no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas da solicitação da Comissão Permanente de Licitações, que se dará através de registro em Ata ou por ofício, conforme o caso.
- 8.9** Na hipótese da não contratação da pequena empresa nos termos do item 8.8.2, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 8.10** O disposto nos itens anteriores somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por pequena empresa.
- 8.10.1** Se da aplicação de todos os critérios de julgamento, após a análise e julgamento da preferência de contratação estabelecida na Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores, resultarem ainda 2 (duas) ou mais propostas em igualdade de condições, será feita a classificação através de sorteio, em ato público, com a convocação prévia das LICITANTES participantes do certame.

- 8.11** Não será levada em conta oferta de vantagem não prevista neste Edital, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos outros participantes, tampouco proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que não estabelecidos limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da própria licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração.
- 8.12** Serão desclassificadas as propostas com valor global superior ao limite estabelecido neste Edital ou com preços manifestamente inexequíveis, ressalvadas as possibilidades comprobatórias de admissibilidade dos mesmos, previstas no inciso II do artigo 48 da Lei Federal 8.666/93, com redação dada pela Lei Federal 8.883/94.
- 8.12.1** Para efeito de análise de preço exequível a licitante deve fornecer, a critério da C.M.S.A., comprovante de garantia dos preços constantes em sua composição, bem como comprovação documental de que possui condições de obter os preços constantes na planilha.
- 8.12.2** O cálculo do preço inexequível será de acordo com o critério legal, fixados nos §§ 1º e 2º do art. 48 da Lei 8.666/93, com redação dada pela Lei 9.648/98.
- 8.12.3** As composições deverão ser demonstradas, a critério da C.M.S.A., inclusive a adequabilidade dos índices relativos aos insumos adotados ou não.
- 8.12.4** Se o proponente não puder comprovar documental e praticamente a exequibilidade das suas composições, estará automaticamente desclassificado.
- 8.13** A presente TOMADA DE PREÇOS poderá ser invalidada, se ocorrer ilegalidade no seu processamento ou julgamento e poderá ser revogada, a juízo exclusivo da Administração, caso seja julgada inoportuna ou inconveniente ao interesse público.
- 8.14** As propostas das licitantes serão estudadas e julgadas pela Comissão Permanente de Licitações, com o amparo da manifestação da Unidade Requisitante, para fins de classificação e indicação da proposta mais vantajosa, observando-se os princípios constantes da Lei Federal nº 8.666/93. A decisão final será submetida à apreciação do Senhor Secretário de Governo, para a devida Adjudicação e Homologação.
- 8.15** Quando todas as propostas forem desclassificadas, a C.M.S.A. poderá fixar as licitantes o prazo de **08 (oito) dias úteis** para a apresentação de outras propostas, conforme § 3º do artigo 48 da Lei de Licitações.

- 8.16** Se houver igualdade de condições entre duas ou mais licitantes, a decisão será procedida através de sorteio entre as participantes igualadas, em ato público, para o qual todas as licitantes serão convocadas, de acordo com o § 2º do artigo 45 da Lei de Licitações.

## **9 DA CONTRATAÇÃO**

- 9.1** Adjudicado o objeto da licitação à empresa vencedora e minutado o contrato ou instrumento que o substitua na forma da lei, caberá ao Departamento de Compras, Licitações e /gestão de Contratos fazer a convocação desta para a formalização do compromisso.

**9.1.1** PRAZO DE CONTRATAÇÃO – O prazo inicial de vigência será de 12 (doze) meses a partir da data da assinatura do contrato.

- 9.2** A Adjudicatária terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para a assinatura do contrato ou a retirada do instrumento que o substitua, contados do dia seguinte da data do recebimento da comunicação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei Federal nº 8.666/93, procedendo a Câmara a feitura de acordo com o disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 64 da referida Lei, além da perda da garantia contratual, caso esta tenha sido recolhida, conforme item 14.1.

- 9.3** A recusa da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar os instrumentos equivalentes, dentro do prazo estabelecido neste Edital, ou o não comparecimento para assinatura, neste mesmo prazo, caracterizará o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a às sanções previstas nos artigos 86 e 87 da lei federal 8666/93, no item 14 deste Edital com multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta, ressalvado o disposto no parágrafo único do Artigo 81 da mesma lei.

- 9.4** A Contratada deverá oferecer, dentro de até 03 (três) dias úteis, após a data da assinatura do contrato, o número da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) e uma cópia do recibo correspondente. No mesmo prazo, deverá nomear um responsável apresentando-o formalmente ao Departamento Operacional.

**9.4.1** Quando da contratação, se a empresa adjudicatária não tiver seu registro original no CREA/SP, deverá obtê-lo para fim de execução do contrato, nos termos da Resolução nº 265/79 do CONFEA.

**9.4.2** De igual forma, caso o registro de origem do responsável técnico não seja no CREA/SP, deverá obter o visto na carteira profissional, nos termos da Resolução nº. 191/70 do CONFEA.

**9.4.3** Caso o registro seja no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, fica dispensada a obtenção do visto estadual.

## **10 DA GARANTIA DO CONTRATO**

- 10.1** Preliminarmente à assinatura do contrato, a licitante vencedora da licitação obriga-se ao recolhimento do equivalente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a título de caução, podendo optar dentre as modalidades assecuratórias legalmente discriminadas no art. 56 § 1º da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.
- 10.2** A Contratada obriga-se a substituir ou prorrogar o prazo de garantia oferecida, caso a mesma expire a sua validade antes do recebimento definitivo dos estudos/análises.
- 10.3** Em havendo aditamento do valor contratual a empresa deverá proceder, em até 10 (dez) dias, o aditamento da garantia, de modo a manter-se a garantia inicial.
- 10.4** A devolução da garantia oferecida pela Contratada será feita após o recebimento definitivo do Laudo Técnico, desde que estejam cumpridas todas as obrigações pela mesma assumidas, sem prejuízo das responsabilidades supervenientes.
- 10.4.1** A devolução da garantia não isentará a “CONTRATADA” quanto às responsabilidades que lhe couberem, de ordem civil.
- 10.5** A garantia, recolhida em moeda corrente, será atualizada monetariamente de acordo com a variação do índice geral de preços de mercado – IGP-M ou outro índice adotado em substituição deste, pelo Governo Federal, até a data de sua restituição à contratada.
- 10.6** Na hipótese da garantia oferecida vir a ser atingida em decorrência de conduta sancionatória aplicada à “CONTRATADA”, obriga-se a mesma, no prazo de 10 (dez) dias contados da data em que ocorrer a apropriação, a complementá-la, de modo a recompor o seu valor original.
- 10.6.1** Em não sendo possível tal providência, devido a modalidade de garantia efetuada pela CONTRATADA, poderão as multas ser descontadas dos valores que a CONTRATADA tenha a receber, correspondente à parcela contratual seguinte à lavratura da sanção.
- 10.6.2** Caso o valor da multa ultrapasse o da garantia prestada, a diferença será descontada dos valores que a CONTRATADA tenha a receber, correspondente à parcela contratual seguinte à lavratura da sanção, ou ainda, cobrada judicialmente.

## **11 REGIME E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**

- 11.1** Os serviços serão executados no prédio da Câmara Municipal de Santo André, localizada na Praça IV Centenário, número 02, Paço Municipal de Santo André, Centro de Santo André – SP.

- 11.2** O prazo total previsto para a execução dos serviços objeto deste Termo de Referência é de 70 (setenta) dias corridos, contados a partir da data da assinatura do Contrato, nas condições estabelecidas neste Termo de Referência e em seus Anexos.
- 11.3** Os serviços serão executados em todas as dependências do prédio Legislativo, coroa da Laje, pilares da coroa da laje, laje impermeabilizada, paredes de alvenaria, face inferior da laje do Legislativo, vigas de sustentação da laje superior e inferior, paredes de alvenaria internas, estacionamento sob a marquise, laje falsa sob laje inferior no estacionamento, vigas e pilares exteriores.
- 11.4** A contratada ficará obrigada a adotar todas as medidas, precauções e cuidados, visando evitar a ocorrência de danos materiais e pessoais a seus empregados e a terceiros, devendo prestar total observância às normas de direito do trabalho, em especial as relativas à segurança e medicina do trabalho, bem como as medidas relacionadas com o seguro de seus empregados e de terceiros contra tais danos, ficando sempre responsável pelas consequências originadas de acidentes que se verificarem.
- 11.5** A contratada será responsável pelo pagamento dos encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários, comerciais e outros que resultarem dos compromissos assumidos no contrato, não sendo devida nenhuma responsabilidade por esta Câmara pelo pagamento dos encargos que competirem à mesma, tampouco se obrigando à restituições e reembolsos de valores principais e acessórios, despendidos com tais pagamentos.
- 11.6** Serão fornecidas à empresa contratada, as informações, arquivos digitais e demais especificações técnicas que se fizerem necessárias para a execução dos serviços de acordo com os padrões adotados pela Câmara Municipal.
- 11.7** A contratada compromete-se para fins de execução do objeto desta Tomada de Preços a não explorar mão de obra infantil, sob pena de rescisão automática e imediata deste ajuste, sem qualquer direito à indenização, nos termos da Constituição Federal, artigo 7º. Inciso XXXIII.
- 11.8** A Câmara poderá exigir a substituição de qualquer empregado da contratada, no interesse dos serviços, a qual deverá ser efetivada no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 11.9** Deverá a contratada apresentar todos os esclarecimentos solicitados pela Câmara, no acompanhamento da execução dos serviços.
- 11.10** Os trabalhos desenvolvidos pela Contratada, com supervisão da Câmara, serão de propriedade da Contratante, podendo ser utilizados por esta onde estes lhe forem convenientes.
- 11.11** As despesas com ensaios, testes, análises de materiais, etc., quando necessários, a critério do Engenheiro Técnico responsável, correrão por conta da contratada.

- 11.12** A contratada manterá a frente dos serviços, o responsável técnico indicado pela mesma quando da apresentação de sua proposta, o qual deverá comparecer ao local da realização dos estudos/análises, permanecendo o tempo que for determinado pela Fiscalização, devendo seu comparecimento ser consignado no Diário de Ocorrências, com a indicação dos horários de entradas e saídas.
- 11.13** Na realização dos serviços, a contratada deverá cumprir as seguintes exigências:
- 11.13.1.** Manter o Diário de Ocorrências, destinado a registrar todas as visitas que se verificarem, bem como as ordens e providências determinadas pela Fiscalização e demais registros obrigatórios, estabelecidos na Lei Federal nº 8.666/93;
  - 11.13.2.** Arcar com todas as despesas diretas e indiretas da execução dos serviços, com mão de obra, tributos, encargos sociais, materiais, equipamentos adequados, transportes seguros, administração, benefícios, liquidação de responsabilidades por acidente de trabalho, danos à CMSA ou a terceiros, por seus prepostos ou operários, bem como todos e quaisquer encargos decorrentes da execução do contrato, e ainda todas as despesas na execução dos projetos executivos completos quanto a elaboração e na aprovação pelos órgãos competentes, incluindo taxas provenientes de processos.
  - 11.13.3** Executar os serviços rigorosamente de acordo com as normas, especificações e requisitos contidos no edital e seus anexos, que farão parte integrante do contrato, independentemente de sua transcrição.
  - 11.13.4** Colocar 1 (uma) placa alusiva aos serviços, no padrão adotado pela CMSA em lugar bem visível, além daquelas exigidas pelo CREA, devendo ser afixada no prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir da autorização da CONTRATANTE para o início dos trabalhos.
- 11.14** O responsável técnico indicado quando da apresentação da proposta, poderá ser substituído, mediante prévia e expressa concordância da CONTRATANTE.
- 11.15** Poderá a Contratada, para executar os serviços que são objetos dessas especificações, sugerir à CONTRATANTE, os turnos de trabalho que julgar necessários. Em sendo necessário o uso de iluminação artificial, correrá a mesma por conta exclusiva da Contratada.
- 11.16** A contratada deverá apresentar relatório mensal, com acompanhamento fotográfico dos serviços, sendo que, no final, os mesmos serão unificados e encadernados para entrega à CONTRATANTE em duas vias.

- 11.16.3** Os relatórios serão no tamanho A4, competindo à contratada avaliar a quantidade de fotos necessárias, de modo que fique documentado o desenvolvimento dos serviços, desde a época preliminar ao início da execução até a conclusão final dos mesmos.
- 11.17** A CÂMARA, por meio do Departamento Operacional e Engenheiro(s) técnico responsável, designados através de Portaria. exercerá a mais ampla e completa fiscalização dos serviços contratados, na forma estabelecida na Lei Federal nº 8.666/93 e demais instrumentos pertinentes, fiscalização essa que, em nenhuma hipótese, eximirá nem reduzirá as responsabilidades legais e contratuais da Contratada, nem quanto aos danos materiais e pessoais que forem causados a terceiros, seja por atos próprios da empresa, seja por atitudes de seus operários e prepostos.
- 11.18** A CÂMARA entregará à contratada por meio da Fiscalização os arquivos eletrônicos contendo toda a parte gráfica, os memoriais e detalhamentos e a partir de então todas as cópias deste material necessárias à execução dos serviços serão feitas pela contratada, às suas expensas, conforme sua necessidade.
- 11.19** Serviços extraordinários ou serviços imprevistos somente poderão ser executados depois de analisados pelo Departamento Operacional e pelo Engenheiro técnico designado através da Portaria ..... e aprovados pela autoridade competente, mediante a elaboração de Termo de Aditamento ao instrumento original, após ajustados os preços para sua execução e desde que esteja comprovada a existência de recursos próprios disponíveis.
- 11.19.1** Os preços dos serviços extracontratuais serão compostos a partir de:
- Pesquisa de preços efetuada pela Departamento de Compras, Licitações e Gestão de Contratos.
- 11.20** A contratada deverá cumprir rigorosamente o Código Civil e as Normas Técnicas da ABNT.
- 11.21** Deverão ser observadas as demais condições constantes no Anexo I deste edital.

## **12 RECEBIMENTO PROVISÓRIO E RECEBIMENTO DEFINITIVO**

- 12.1** Após a conclusão de todos os serviços, a entrega ocorrerá da seguinte forma:
- a) Provisoriamente, no ato da entrega do Laudo, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações descritas no Anexo I deste Edital;
  - b) Definitivamente, no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura do Termo de Recebimento Provisório, caso não constatada nenhuma irregularidade após análise do Departamento Requisitante, que caso em acordo com o conteúdo, será lavrado Termo de Recebimento Definitivo, autorizando a emissão da Nota Fiscal Eletrônica.

- 12.2.** Os recebimentos provisório ou definitivo não excluirão as responsabilidades civis da contratada quanto à qualidade, correção e segurança dos laudos, nem quanto ao aspecto ético-profissional pelo perfeito desempenho do contrato.
- 12.3.** O laudo final sofrerá revisões necessárias até sua plena adequação às exigências contidas no presente edital e no termo de Referência, quando então será emitido o seu aceite definitivo.
- 12.4.** Após a execução dos serviços, existirá um prazo de garantia de 12 (doze) meses, a partir da assinatura do contrato, durante o qual constatado vício do serviço apresentado, a CONTRATADA deverá corrigi-lo no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados de sua notificação, sem qualquer ônus à CONTRATANTE.

### **13 DA RESCISÃO CONTRATUAL**

- 13.1.** A rescisão contratual se dará, nos termos do artigo 77, nos casos elencados no artigo 78, no modo estabelecido no artigo 79, com as consequências previstas no artigo 80, todos da Lei Federal 8.666/93, sem prejuízo das sanções enumeradas pelos artigos 86 e 87 do mesmo diploma legal.

### **14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 14.1.** As penalidades estão previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e nos procedimentos relativos à aplicação de multas e outras sanções decorrentes da inexecução total ou parcial dos contratos, no âmbito da Câmara Municipal de Santo André, previstos no Anexo VII – Ato nº 4, de 22 de março de 2005.

### **15. PREÇOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

- 15.1.** Os preços iniciais propostos, a que se refere a cláusula 7 e seus subitens, deverão, obrigatoriamente, ser expressos em reais.
- 15.2.** Os pagamentos serão efetuados após a efetiva execução/conclusão de cada etapa dos serviços, na seguinte conformidade:

<b>Medição</b>	<b>Evento</b>	<b>Percentual (%)</b>
1ª	Mobilização de equipe e equipamentos	30
2ª	Término dos serviços de campo	40
3ª	Entrega do laudo (final)	30
	<b>TOTAL</b>	100

- 15.3.** Os pagamentos serão efetuados pelo Departamento Financeiro da "CÂMARA", até o 5º (quinto) dia útil após as medições referidas no item 15.2 e a apresentação da respectiva nota fiscal, devidamente discriminada e atestada por servidor(a) designado(a) pela contratante.

**15.4.** O não pagamento da Nota Fiscal, apresentada nas condições previstas, ensejará a incidência da necessária compensação financeira, a ser procedida nos termos da Lei Civil.

**15.4.2.** Os pagamentos estarão vinculados à apresentação dos seguintes dados no Departamento Financeiro da CMSA:

**15.4.2.1.** Para **pagamento** dos serviços contratados **através de depósito bancário**, a licitante deverá indicar: **o nome do favorecido; o banco (nome e número); a agência; o número da conta corrente da empresa; e o C.N.P.J.**

**15.4.3.** Os pagamentos estarão vinculados à comprovação de recolhimento junto ao INSS da contribuição referente à cessão de mão de obra, em atendimento ao disposto no artigo 31 da Lei n.º 8212/ 91, na forma estabelecida pela Instrução Normativa MPS/SRP n.º 3 de 14 de julho de 2005, publicada no DOU de 15/07/2005, da seguinte forma:

**15.4.3.1.** A contratada deverá apresentar cópias da G.R.P.S., do FGTS, das informações à Previdência Social (G.F.I.P.) e da folha de pagamento do período, sob pena de rescisão contratual.

**15.5.** Serviços extraordinários e serviços imprevistos somente serão realizados e pagos quando tiverem sido regularmente autorizados na forma prevista neste Edital, mediante prévio aditamento.

## **16. REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS**

**16.1.** Não incidirá qualquer conduta reajustatória no presente ajuste.

## **17 RECURSOS FINANCEIROS**

**17.1** A despesa estimada em R\$ 72.525,95 (Setenta e dois mil quinhentos e vinte e cinco reais e noventa e cinco centavos), conforme orçamentos acostados aos autos, onerará a dotação própria consignada sob o nº 3-01.01.01.031.0001.1.001.449051.01.110000 – OBRAS E INSTALAÇÕES, do orçamento vigente.

## **18 DISPOSIÇÕES GERAIS**

**18.1** Será o foro desta Comarca de Santo André-SP, que as partes elegerão para quaisquer procedimentos relacionados com o processamento desta licitação e com o descumprimento do contrato dela originado.

- 18.2** A participação no presente certame implicará na aceitação integral dos termos deste Edital, de seus anexos e instruções, bem como normas gerais ou especiais aplicáveis, independentemente de expressa manifestação neste sentido.
- 18.3** A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, conforme disposto no § 1º do artigo 65 da Lei Federal 8.666/93.
- 18.4** Será exigida Nota Fiscal Eletrônica para contribuintes que recolham ICMS no estado de São Paulo nos termos da Portaria CAT 162/2008, para contribuintes que recolham ISS no Município de Santo André nos termos do Decreto nº 16.505/2014 e nos demais casos em que a normatização tributária o exigir;

## **19 MANTENÇA DAS CONDIÇÕES HABILITATÓRIAS**

- 19.1** As licitantes obrigam-se a manter, durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações por elas assumidas, todas as condições exigidas, nos aspectos jurídicos e de qualificação técnica, econômica e financeira, bem como de regularidade fiscal e trabalhista, quando das respectivas habilitações, sob pena das sanções cabíveis.

## **20 INFORMAÇÕES**

- 20.1** O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos pelos interessados na Câmara Municipal - Departamento de Compras, na Praça IV Centenário, nº 02, Paço Municipal, Centro, Santo André-SP.
- 20.2** Quaisquer esclarecimentos ou informações relacionadas com o aspecto técnico dos serviços, ou sobre elementos informativos deste Edital, serão prestados pelo Departamento Operacional e Engenheiro técnico designados através de portaria, mediante pedido por escrito, endereçado à Presidência da Comissão Permanente de Licitações e protocolado no Protocolo da C.M.S.A., do Edifício do Legislativo, na Praça IV Centenário, nº 2, no horário das 10 às 19 horas, até 02 (dois) dias úteis antes da data prevista no item 1.2 deste Edital.
- 20.3** Esclarecimentos referentes ao processamento desta licitação serão prestados pela Comissão Permanente de Licitações, mediante pedido por escrito, endereçado à Presidência da Comissão e protocolado conforme descrito no item 20.2.
- 20.4** Fica facultado à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- 20.5** Os pedidos de impugnação ao Edital obedecerão o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º, do artigo 41, da Lei Federal nº 8.666/93 e deverão ser protocolados conforme descrito no item 20.2.

**20.6** Eventuais interposições de recursos contra decisões proferidas pela COPEL-II deverão ser protocoladas conforme item 20.2 e obedecerão ao disposto no artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/93.

## **21 COMPOSIÇÃO DO EDITAL**

**21.1** Integram o presente Edital:

Anexo I – Termo de Referência

Anexo II – Modelo de Proposta Comercial

Anexo III – Modelo de Termo de Credenciamento

Anexo IV – Declaração Lei Federal n.º 9.854/99

Anexo V – Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte

Anexo VI - Declaração de Inexistência de Impedimento Legal para Licitatar ou Contratar com a Administração Pública

Anexo VII – Atestado de Vistoria

Anexo VIII – Ato nº 4/2005, de 22 de março de 2005

Anexo IX – Minuta de Contrato

Anexo X – Termo de Ciência e Notificação

Câmara Municipal de Santo André, 14 de novembro de 2017, 464º ano da fundação da cidade.

---

**ALMIR ROBERTO CICOTE  
PRESIDENTE**

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. OBJETO

- 1.1. Contratação de empresa especializada na elaboração de serviços de consultoria profissional na área de Engenharia Civil, com elaboração de Laudo Técnico depois do Mensuramento, análise, testes e observância de conservação e integridade de elementos estruturais compostas na edificação da Câmara Municipal de Santo André-SP.

#### 2. JUSTIFICATIVA

- 2.1. Estudo com apresentação de novo Laudo Técnico a partir de trabalhos executados com referencia a Laudo anterior que tratou de fissuras em oito (08) pilares que receberam tratamento com reforço a base de fibras de carbono. Este Laudo apontou a necessidade de intervenção na impermeabilização da laje, tratamento de vigas e fissuras generalizadas.
- 2.2. Através de recomendação de Engenheiro Vitor Mazzeti Filho – Diretor do DMO corpo técnico da área de engenharia da Prefeitura de Santo André-SP, estamos providenciando a contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para a execução dos serviços objeto do edital e descritos neste termo de referência.

#### 3. OCORRÊNCIAS

- 3.1. Além das anomalias tratadas e recuperadas, foram encontrados outros pontos de deformidade, desgaste e anomalias genéricas descritas abaixo:
- Fissuras longitudinais, transversais e diagonais com aberturas de 0,05 a 1,0 mm;
  - Fissuras longitudinais, horizontais e inclinadas nas paredes de alvenaria;
  - Pontos e áreas localizadas com exposição e corrosão de armaduras nas faces laterais e inferiores de vigas e lajes;
  - Concreto disgregado acompanhado ou não de armaduras expostas e corroídas em pontos localizados das lajes e vigas, em especial nas regiões de fixação dos forros;
  - Armaduras expostas e corroídas em regiões próximas à passagem de tubulações;
  - Regiões e áreas localizadas de concreto segregado profundo acompanhado ou não de exposição de armaduras nas lajes e vigas;
  - Regiões localizadas de concreto poroso nas faces laterais das vigas, acompanhadas ou não de exposição e corrosão de armaduras de estribos;
  - Manchas de umidade acompanhadas ou não de eflorescências em regiões localizadas das lajes e vigas;
  - Presença de pontas de ferro (aço) e ou pregos em pontos localizados das lajes e vigas;
  - Regiões localizadas com restos de formas na face interior das lajes, oriundas da época de execução da obra.

#### 4. DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 4.1. Os serviços serão prestados no prédio da Câmara Municipal de Santo André, localizada na Praça IV Centenário, número 02, Paço Municipal de Santo André, Centro de Santo André – SP.
- 4.2. Os Serviços serão executados em todas as dependências do prédio Legislativo, coroa da Laje, pilares da coroa da laje, laje impermeabilizada, paredes de alvenaria, face inferior da laje do Legislativo, vigas de sustentação da laje superior e inferior, paredes de alvenaria internas, estacionamento sob a marquise, laje falsa sob laje inferior no estacionamento, vigas e pilares exteriores.

## **5. DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS**

- 5.1. A empresa contratada deverá fornecer todos os materiais necessários para as análises dos técnicos que vão proceder com a execução dos serviços.
- 5.2. Os profissionais só poderão exercer os trabalhos devidamente identificados e portando crachás.
- 5.3. Quando houver necessidade de retirada de algum obstáculo para análise das condições ou execução de testes, como forro de metal, forro mineral, esquadrias, aparelhos, portas, pisos ou qualquer outro, estes deverão ser retirados pelos servidores do setor de manutenção da Câmara de Santo André ou na presença dos mesmos, recolocados por quem os retirou, da forma original e só devem ser retirados em último caso, quando não houver outra possibilidade de execução do serviço a ser prestado pela contratada.
- 5.4. Na laje superior onde foram executados serviços de impermeabilização, não deverá ser feito nenhum trabalho ou intervenção que possa acarretar danos a impermeabilização, nos beirais, vigas laterais, ardósias aplicadas, espículas anti pombos, rede de TV e sinal parabólico, rede de para raios, holofotes de iluminação, sistema de ar condicionado TRV e condensadoras.
- 5.5. As inspeções por método visual das anomalias constatadas e demais problemas observados deverão ser registradas e fazerem parte das documentações do Laudo Técnico.
- 5.6. Tais anomalias e demais constatações devem ser mensuradas, identificadas e documentadas através de fotos e relatório específico inclusive com fornecimento de arquivos digitalizados.

## **6. SERVIÇOS E COLABORADORES**

- 6.1. Antes do período de execução, a empresa deverá fornecer relação de profissionais que vão exercer as atividades, com nome, identificação e telefone de contato.
- 6.2. Os colaboradores da Contratada deverão permanecer uniformizados e com crachás durante o expediente de trabalho.
- 6.3. A empresa contratada deverá fornecer equipamentos de segurança individual e de segurança coletiva a todos profissionais envolvidos nos trabalhos de campo.
- 6.4. Quando necessário, deverá proceder com isolamento da área para proteção de transeuntes, colaboradores e servidores da casa.
- 6.5. Não deverá utilizar aparelhos que utilizem agentes químicos e ou de sonorização acima das tolerâncias devidas e observadas por Lei e Normas.
- 6.6. Deverá Registrar de forma detalhada, em livro de Ocorrências ou Diário de Obras os principais fatos ocorridos no período diurno e noturno, em todos os dias da semana quando da presença de representantes da empresa contratada nas dependências da Câmara.
- 6.7. Sempre que houver mudança de colaboradores, deverá informar à Câmara para que providencie a não permanência do funcionário afastado nas dependências da casa.

- 6.8. Deverá Instruir seus funcionários quanto às necessidades de acatar as orientações estipuladas pela fiscalização e gestão de Contratos, inclusive quanto ao cumprimento de Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.
- 6.9. A Câmara de Santo André permitirá a entrada dos colaboradores representantes da Contratada desde estes estejam identificados, uniformizados e acompanhados de EPIs e EPCs.
- 6.10. Para adentrar ao estacionamento da Câmara, a Contratada, antecipadamente com no mínimo 24 horas, deverá apresentar por escrito ou e-mail a identificação dos visitantes, modelo do automóvel, cor e placa.
- 6.11. Para o caso de necessidade de alimentação de energia elétrica, os colaboradores da Contratada deveram solicitar ao Setor de Manutenção e Instalação o fornecimento de ramal com a tensão solicitada.

## **7. DO PRAZO DE EXECUÇÃO E GARANTIA.**

- 7.1. O prazo total previsto para a execução dos serviços objeto deste Termo de Referência é de 70 (setenta) dias corridos, contados a partir da data da assinatura do Contrato, nas condições estabelecidas neste Termo de Referência e em seus Anexos.
- 7.2. Os serviços contratados terão a garantia da empresa contratada de que os mesmos atendem a todas as normas técnicas pertinentes, ficando essa responsável por todas as adequações que se fizerem necessárias para se conseguir a plena condição de conformidade com as Normas Regulamentadoras em vigor.

## **8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 8.1. Realizar o objeto deste Termo de Referência, de acordo com a proposta apresentada e aprovada.
- 8.2. Acatar as orientações da fiscalização do Contrato, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando sempre esclarecimentos solicitados.
- 8.3. Arcar com as reclamações levadas ao conhecimento dos representantes ou da contratada por parte da fiscalização do contrato, cuidando imediatamente das providencias necessárias para correção, evitando repetição dos fatos.
- 8.4. Apresentar à Contratante, a comprovação do recolhimento dos encargos sociais referentes aos funcionários alocados nas atividades objeto deste Termo de Referência, sem o que não serão liberados pagamentos.
- 8.5. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade, ou ocorrência, acrescentando os dados e circunstancias necessárias ao seu esclarecimento.
- 8.6. Apresentar Laudo Técnico acompanhado de Relatórios explicativos, Fotos detalhadas, motivação dos ocorridos, forma de saneamento das ocorrências, arquivos digitalizados, especificações de materiais a serem utilizados para sanar as ocorrências e qualquer outra informação que seja relevante à Câmara para saneamento total das ocorrências analisadas.
- 8.7. Todas as despesas para execução dos serviços contratados serão de responsabilidade da Contratada.
- 8.8. Apresentação de comprovantes de recolhimento de impostos e demais obrigações financeiras pertinentes ao processo e que a Câmara o requisitar.
- 8.9. A Contratada deverá arcar com ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo completá-los caso o previsto inicialmente não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei 8666.

## **9. FORMALIZAÇÃO E VIGÊNCIA CONTRATUAL**

- 9.1.** Para a prestação dos serviços será formalizado Contrato Administrativo estabelecendo em suas cláusulas todas as condições, garantias, obrigações e responsabilidades entre as partes, em conformidade com este Termo de Referência e da Proposta de preços da Licitante vencedora.
- 9.2.** Depois de homologado o resultado do presente procedimento, o licitante vencedor será convocado para a assinatura do contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e em seus Anexos.

## ANEXO II

### MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

(As propostas deverão, preferencialmente, ser elaboradas de acordo com este modelo devendo, em qualquer forma de apresentação, indicar todos os quesitos do objeto, **bem como os requisitos constantes do Item 6 – DO ENVELOPE “2 - PROPOSTA”, do presente Edital.**)

#### 1. FORNECEDOR

RAZÃO SOCIAL				É ME OU EPP? _____
NOME FANTASIA				
CNPJ				
ENDEREÇO				
CIDADE/ESTADO		CEP		
REPRESENTANTE		E-MAIL		
FONE		FAX		
WEBSITE				

#### 2. OBJETO DA PROPOSTA:

ITEM	DESCRIÇÃO	PREÇO TOTAL (R\$)
1	ELABORAÇÃO DE LAUDO TÉCNICO COM MENSURAMENTO, ANÁLISE, TESTES E OBSERVÂNCIA DE CONSERVAÇÃO E INTEGRIDADE DE ELEMENTOS ESTRUTURAIS COMPOSTOS NA EDIFICAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ-SP, conforme Anexo I, vistoria realizada e demais elementos do Edital.	

#### - 3. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

- Preço: Nos preços ofertados estão incluídos todos os ônus decorrentes de despesas diretas e indiretas (impostos, frete, encargos, etc) e descontos, se houver.
- Pagamento: conforme Cláusula 15 - PREÇOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO do Edital.
- Local de execução dos serviços: Câmara Municipal de Santo André – Praça IV Centenário, nº 2 – Centro de Santo André / SP - CEP: 09040-905.
- Prazo de execução total dos serviços: 70 (setenta) dias corridos a contar da assinatura do contrato;
- Validade da proposta: mínimo de 60 (sessenta) dias.

*(Será exigida Nota Fiscal Eletrônica para contribuintes que recolham ICMS no Estado de São Paulo nos termos da Portaria CAT 162/2008, para contribuintes que recolham ISS no Município de Santo André nos termos do Decreto nº 16.505/2014 e, nos demais casos em que a normatização tributária o exigir).*

**DECLARO** que a presente proposta está de acordo com todas as cláusulas da Tomada de Preços nº 01/2017, assim como com o ANEXO I – Termo de Referência.

**NOME DO RESPONSÁVEL:** \_\_\_\_\_

**CARGO:** \_\_\_\_\_

**DATA:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017

\_\_\_\_\_  
**ASSINATURA DO RESPONSÁVEL**

**ANEXO III**

**MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO**

A empresa \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, representada pelo(a) Sr(a). \_\_\_\_\_ (Cargo), **CRENCIA** o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) do RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, para representá-la perante a **CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ** na licitação por **Tomada de Preços nº 01/2017 – Processo nº L-19/2017**, podendo praticar todos os atos inerentes ao certame, inclusive interpor e desistir de recursos em todas as fases licitatórias.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

LOCAL

DATA

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA DO(A) REPRESENTANTE LEGAL

NOME: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_

CARGO: \_\_\_\_\_

**ANEXO IV**

**DECLARAÇÃO - LEI FEDERAL Nº 9.854, DE 27/10/99**

A empresa denominada \_\_\_\_\_, por meio de seu(sua) representante legal, Sr(a). \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_, participante do **processo licitatório nº L-19/2017, Tomada de Preços nº 01/2017**, por força do disposto na Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, DECLARA, neste ato, que não utiliza mão de obra de menores de 18 (dezoito) anos de idade em trabalho noturno, perigoso, insalubre, bem como de menores de 16 (dezesesseis) anos de idade, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos de idade, em qualquer fase do processo produtivo e/ou prestação de serviços, tampouco fará tal uso durante a execução de eventual contrato firmado com esta municipalidade.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

LOCAL

DATA

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA DO(A) REPRESENTANTE LEGAL

## ANEXO V

### DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa \_\_\_\_\_ (denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº \_\_\_\_\_ é \_\_\_\_\_ (\*), nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em seu artigo 3º, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a usufruir do tratamento diferenciado legalmente estabelecido no procedimento **licitatório da Tomada de Preços nº 01/2017**, realizado pela Câmara Municipal de Santo André.

DECLARO ainda, que a empresa não se enquadra em qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, cujos termos declaro conhecer na íntegra.

(\* ) Especificar se é microempresa ou empresa de pequeno porte.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.  
LOCAL DATA

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA DO (A) REPRESENTANTE LEGAL

Nome do representante legal: \_\_\_\_\_

RG do representante legal: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
**\*\*ASSINATURA DO(A) CONTADOR(A)**

**CRC: ..... DATA EMISSÃO .....**

**(\*\*) Esta assinatura é facultativa para o Credenciamento e, obrigatória previamente à assinatura do contrato**

**ANEXO VI**

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO LEGAL PARA LICITAR OU  
CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

À

Câmara Municipal de Santo André

**Tomada de Preços 01/2017**

Processo L-19/2017

Eu....., representante legal da Empresa ....., pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº ....., com sede na Rua .....;DECLARO para os devidos fins de direito e sob as penalidades cabíveis, a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração Pública, de acordo com o constante no Art. 87 da Lei 8.666/1993.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.  
LOCAL DATA

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA DO (A) REPRESENTANTE LEGAL

Nome do representante legal: \_\_\_\_\_

RG do representante legal: \_\_\_\_\_

## ANEXO VII

### MODELO ATESTADO DE VISTORIA

À

Câmara Municipal de Santo André,  
Praça IV Centenário 02 – Centro de Santo André – SP  
Ref.: Tomada de Preço nº 01/2017

Atesto que a Empresa \_\_\_\_\_ CNPJ \_\_\_\_\_ com sede a Rua \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, Senhor \_\_\_\_\_ Documento de Identidade RG \_\_\_\_\_ e CPF \_\_\_\_\_, **vistoriou** nesta data a Câmara Municipal de Santo André, localizada à Praça IV Centenário Número 02 – Paço Municipal de Santo André, SP, para subsidiar a formalização de proposta comercial de elaboração de laudo técnico com mensuramento, análise, testes e observância de conservação e integridade de elementos estruturais compostos na edificação da Câmara Municipal de Santo André, conforme especificações e condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.

Declaro que foram esclarecidas todas as questões por mim subscritas e, também que tenho pleno conhecimento das dificuldades relacionadas à execução do objeto da licitação, conforme Termo de Referência integrante do Edital.

Santo André, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017;

\_\_\_\_\_  
Representante da CMSA  
Cargo

\_\_\_\_\_  
Responsável Técnico da licitante  
Cargo

## ANEXO VIII

### ATO Nº 4, DE 22 DE MARÇO DE 2005

**Dispõe sobre procedimentos administrativos relativos a aplicação de multas e outras sanções decorrentes da inexecução total ou parcial dos contratos assinados com a Câmara Municipal de Santo André, nos termos dos artigos 81, 86 e 87 da Lei Federal 8.666/93.**

**Art. 1º** No âmbito da Câmara Municipal de Santo André, a aplicação de multas e outras sanções decorrentes de atraso no cumprimento de obrigações ou da inexecução total ou parcial dos contratos, obedecerá aos procedimentos estabelecidos por este Ato e às disposições da Lei Federal nº 8.666/93, em especial ao que dispõem os artigos 81, 86 e 87.

**Art. 2º** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo edital do certame, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida de que trata o artigo 81 da Lei Federal nº 8.666/93, sujeitando-o à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado.

**Art. 3º** O atraso injustificado na execução do contrato cujo objeto seja a prestação de serviço, realização de obra ou entrega de bens adquiridos, sem prejuízo do disposto no § 1º do artigo 86 da Lei Federal nº 8.666/93, sujeitará a contratada à multa de mora, calculada por dia de atraso sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado na proposta, no edital ou no contrato para cumprimento da obrigação, conforme o caso, nas seguintes proporções:

I - multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, até o 15º (décimo quinto) dia de atraso;

II - multa de 1% (um por cento) ao dia a partir do 16º (décimo sexto) dia de atraso e até o 30º (trigésimo) dia;

III – após 30 (trinta) dias de atraso para cumprimento da obrigação, o contrato será considerado rescindido de pleno direito pela Administração, aplicando à contratada inadimplente as penalidades previstas no artigo 4º deste Ato.

**§ 1º** Os eventuais pedidos de prorrogação de prazo para entrega de materiais ou para execução de obras ou serviços contratados, somente serão apreciados e deliberados se apresentados por escrito e com a devida justificativa, dentro dos prazos fixados para entrega ou execução, estabelecidos na proposta, no edital ou no contrato, conforme o caso.

**§ 2º** Na hipótese de deferimento do pedido de que trata o parágrafo anterior, o prazo de prorrogação começará a fluir a partir do dia útil subsequente ao da comunicação da decisão do(a) Presidente(a) que autorizou a referida prorrogação.

**§ 3º** Ocorrendo o atraso de que trata o *caput* deste artigo, tal fato será certificado pelo setor competente da Câmara, devendo o processo ser remetido para o(a) Presidente(a) da Câmara para fins do disposto no artigo 6º deste Ato.

**§ 4º** O pedido para prorrogação de prazo ou a justificativa pelo atraso, somente serão aceitos pelo(a) Presidente(a) da Câmara quando forem fundamentados e provados o caso fortuito ou força maior que impediu o cumprimento da obrigação pela contratada no prazo avençado.

**Art. 4º** Pela inexecução total ou parcial do contrato, qualquer que seja o seu objeto, fica a contratada sujeita às seguintes penalidades, a serem aplicadas de forma discricionária pela Administração Pública, observado o princípio da razoabilidade:

**I** - advertência;

**II** – multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inadimplente; ou

**III** – multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato quando houver inexecução total da avença; ou

**IV** - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratação com a Administração por até 2 (dois) anos;

**V** - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração.

**Art. 5º** Os bens, serviços e obras contratados, quando entregues em desacordo com a especificação inicial, não serão aceitos e deverão ser substituídos e/ou corrigidos no prazo máximo de até 15 (quinze) dias, a critério da Administração, contados do recebimento da notificação pela contratada, sob pena de incorrer o fornecedor em inadimplência contratual.

**Parágrafo único.** Quando a substituição e/ou correção referidas no *caput* deste artigo for impossível no prazo avençado por razões técnicas ou pela complexidade da matéria, tal situação deverá ser certificada pelo setor responsável pela gestão do contrato e devidamente comprovada no processo correspondente, assim como submetida à aprovação do(a) Presidente(a) da Câmara, que estipulará prazo razoável para cumprimento da obrigação.

**Art. 6º** Esgotados os contatos ordinários para resolver eventuais pendências contratuais, o setor competente enviará o processo, acompanhado de relatório circunstanciado sobre os fatos, ao(à) Presidente(a) da Câmara, para que este(a) decida, por despacho fundamentado, sobre a abertura dos procedimentos administrativos tendentes à aplicação das multas e outras sanções, por recusa do adjudicatário em assinar o contrato, atraso no cumprimento de obrigações, ou inexecução total ou parcial de qualquer contrato.

**Art. 7º** Nas hipóteses dos artigos 2º, 3º e 4º deste Ato, e após as providências do artigo 6º, a contratada será previamente notificada, por ofício, com aviso de recebimento juntado aos autos, para oferecer defesa prévia, por escrito, protocolizado no Setor de Protocolo e Arquivo, nos prazos abaixo estabelecidos:

**I** - no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da juntada aos autos do comprovante de notificação da contratada, no caso dos incisos I, II, III e IV do artigo 4º;

**II** - no prazo de 10 (dez) dias, contados da juntada aos autos do comprovante de notificação da contratada, no caso do inciso V do artigo 4º.

**§ 1º** Na hipótese da contratada não atualizar o seu cadastro junto à Câmara Municipal, e ser ignorado, incerto e não sabido o seu endereço, a notificação e/ou intimação será realizada por edital, publicado no órgão responsável pela publicação dos atos oficiais do Município de Santo André, por 2 (duas) vezes consecutivas, contando-se o prazo para defesa a partir do primeiro dia útil seguinte ao da última publicação, cujas cópias dos editais serão juntadas ao processo.

**§ 2º** Decorrido o prazo, com ou sem defesa, o processo será remetido ao(a) Presidente(a) da Câmara, com relatório circunstanciado elaborado pelo setor competente, para decisão final.

**Art. 8º** Caberá ao(a) Presidente(a) da Câmara Municipal aplicar as sanções de que trata este Ato, qualquer que seja a forma de contratação.

**Art. 9º** Das decisões do(a) Presidente(a) que resultar na aplicação das penas de multa e outras sanções, caberá recurso dirigido à Mesa Diretora da CMSA, protocolizado no Setor de Protocolo e Arquivo:

**I** - no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da juntada aos autos do comprovante de intimação da decisão, nas hipóteses dos artigos 2º, 3º e incisos I, II, III e IV do artigo 4º deste ato, podendo, em idêntico prazo, o(a) Presidente(a) da Câmara reconsiderar sua decisão ou fazê-lo subir, devidamente informado, à consideração da Mesa Diretora, devendo, neste caso, a decisão final ser proferida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do recurso;

**II** - no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da juntada aos autos do comprovante de intimação da decisão, na hipótese do inciso V do artigo 4º deste Ato, podendo, em idêntico prazo, o(a) Presidente(a) da Câmara reconsiderar a sua decisão, ou fazê-lo subir, devidamente informado, à consideração da Mesa Diretora, devendo, neste caso, a decisão ser proferida no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento do recurso.

**Parágrafo único.** Os recursos obedecerão aos mesmos procedimentos estabelecidos no artigo 7º deste Ato.

**Art. 10.** Os valores das multas de que trata este Ato poderão ser cobrados mediante dedução de eventuais pagamentos devidos pela Câmara às contratadas, ou, na ausência destes, e a critério da Administração, deduzidos do valor da garantia prestada pelas contratadas.

**§ 1º** O prazo para o recolhimento das multas previstas neste Ato é de 15 (quinze) dias contados da notificação da contratada, podendo ser prorrogado, a juízo da Administração, por mais 15 (quinze) dias.

**§ 2º** A notificação de que trata o parágrafo anterior poderá ser feita por edital, nos termos do § 1º do artigo 7º deste Ato.

**§ 3º** Não sendo possível a cobrança das multas na forma prevista neste artigo, será a cobrança efetuada por meio de medidas administrativas ou judiciais, incidindo correção sobre o valor devido no período compreendido entre o dia imediatamente posterior à data final para liquidar a multa e aquele em que o pagamento efetivamente ocorrer.

**§ 4º** As multas serão calculadas também sobre os reajustamentos contratuais, se houver.

**Art. 11.** As multas e sanções aplicadas com base neste Ato são autônomas e não excluem a aplicação de outras sanções previstas em legislação esparsa.

**Art. 12.** Como índice de atualização será adotado, no âmbito da Câmara Municipal de Santo André, o FMP (Fator Monetário Padrão), devendo as multas aplicadas serem convertidas, na data da sua aplicação.

**Art. 13.** Este Ato deve ser parte integrante, como anexo obrigatório, de todos os editais de licitação, bem como dos contratos, inclusive daqueles oriundos de contratação direta.

**Art. 14.** A abertura do processo administrativo, bem como os atos de punição e decisão final serão proferidos na forma de portaria, expedida pelo(a) Presidente(a) ou pela Mesa Diretora, conforme o caso, nos termos do artigo 240 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Santo André.

**Art. 15.** As disposições constantes deste Ato aplicam-se, no que couber, aos contratos vigentes, ressalvados os valores de multas anteriormente pactuados.

**Art. 16.** Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Santo André, 22 de março de 2005, 451º ano da fundação da cidade.

**LUIZ ZACARIAS**  
Presidente

**MARIA FERREIRA DE SOUZA - LOLÓ**  
1ª Secretária

**DINAH ZEK CER**  
2ª Secretária

## ANEXO IX

### MINUTA DE CONTRATO

#### CONTRATO Nº ..., DE 2017

**ELABORAÇÃO DE LAUDO TÉCNICO COM MENSURAMENTO, ANÁLISE, TESTES E OBSERVÂNCIA DE CONSERVAÇÃO E INTEGRIDADE DE ELEMENTOS ESTRUTURAIS COMPOSTOS NA EDIFICAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ E A EMPRESA .....**

#### **PREÂMBULO**

Aos ... dias do mês de ..... de 2017, a CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ, inscrita no CNPJ sob nº 43.307.008/0001-08, situada na Praça IV Centenário, 2, Centro, Santo André – SP, CEP 09040-905, doravante denominada “CONTRATANTE”, neste ato representada por seu Presidente, Vereador ....., portador da Cédula de Identidade RG nº ..... SSP/..., e do CPF/MF nº ....., e a empresa ....., inscrita no CNPJ sob nº ....., com sede na Rua ....., doravante denominada “CONTRATADA”, representada pelo(a) Sr(a) ....., portador(a) da Cédula de Identidade RG nº ..... emitida pela ..... ( - ), e do CPF/MF nº ....., perante as testemunhas ao final firmadas, assinam o presente contrato, cuja celebração foi autorizada pelo despacho de fls. ... do **Processo Administrativo CM nº 0019/2017L**, que se regerá pela Lei Federal 8.666/93, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

#### **FUNDAMENTO DO CONTRATO**

Este contrato decorre da autorização do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Santo André ao homologar a licitação na modalidade "TOMADA DE PREÇOS", do tipo "MENOR PREÇO GLOBAL", **aberta sob nº 01/2017**, consoante se verifica nos autos do Processo Administrativo CM nº L-0019/2017.

#### **ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO E CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO**

##### **I – OBJETO DO CONTRATO**

O presente contrato tem como objeto a **ELABORAÇÃO DE LAUDO TÉCNICO COM MENSURAMENTO, ANÁLISE, TESTES E OBSERVÂNCIA DE CONSERVAÇÃO E INTEGRIDADE DE ELEMENTOS ESTRUTURAIS COMPOSTOS NA EDIFICAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ-SP**, conforme Anexo I da Tomada de Preços que antecedeu a presente contratação.

2. Nos termos do art. 55, inciso XI, da Lei Federal nº 8.666/93, faz parte integrante do presente contrato a Tomada de Preços, seus anexos e a proposta vencedora.

## **II – FORMA DE EXECUÇÃO**

O objeto da licitação será executado de acordo com as normas, especificações e demais elementos técnicos fornecidos pela CONTRATANTE, de acordo com o Anexo I, e em conformidade com a proposta apresentada pela CONTRATADA, os quais ficam fazendo parte integrante deste contrato, independentemente de transcrições.

**III – EXIGÊNCIAS A SEREM OBSERVADAS** - Na execução, a CONTRATADA deverá observar e cumprir as exigências seguintes:

a) Assumir integral responsabilidade pela boa e eficiente execução dos serviços que efetuar, de acordo com o estabelecido nas normas da Tomada de preços que regeu a licitação e demais documentos técnicos fornecidos, assim como pelos danos decorrentes da realização de ditos trabalhos;

b) Cumprir as normas de segurança do trabalho, devendo fornecer aos seus funcionários os equipamentos de proteção individual e exigir-lhes o uso.

c) Assumir inteira responsabilidade pela entrega que efetuar, de acordo com as especificações constantes no presente Edital e em seus Anexos, bem como da respectiva proposta, obedecendo ao Código de Defesa do Consumidor e à legislação pertinente vigente, quanto ao perfeito fornecimento dos serviços.

**IV – RESPONSABILIDADES** - A CONTRATADA será única responsável pelos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, bem como por todas as despesas necessárias à realização dos serviços, custos com fornecimento de materiais, mão de obra e demais despesas indiretas.

## **V – DA EXECUÇÃO E DO LOCAL**

1. Os serviços serão prestados no prédio da Câmara Municipal de Santo André, localizada na Praça IV Centenário, número 02, Paço Municipal de Santo André, Centro de Santo André – SP.

2. Os Serviços serão executados em todas as dependências do prédio Legislativo, coroa da Laje, pilares da coroa da laje, laje impermeabilizada, paredes de alvenaria, face inferior da laje do Legislativo, vigas de sustentação da laje superior e inferior, paredes de alvenaria internas, estacionamento sob a marquise, laje falsa sob laje inferior no estacionamento, vigas e pilares exteriores.

3. Os profissionais só poderão exercer os trabalhos devidamente identificados e portando crachás.

4. Quando houver necessidade de retirada de algum obstáculo para análise das condições ou execução de testes, como forro de metal, forro mineral, esquadrias, aparelhos, portas, pisos ou qualquer outro, estes deverão ser retirados pelos servidores do setor de manutenção da Câmara de Santo André ou na presença dos mesmos, recolocados por quem os retirou, da forma original e só devem ser retirados em último caso, quando não houver outra possibilidade de execução do serviço a ser prestado pela contratada.

5. Na laje superior onde foram executados serviços de impermeabilização, não deverá ser feito nenhum trabalho ou intervenção que possa acarretar danos a impermeabilização, nos beirais, vigas laterais, ardósias aplicadas, espículas anti pombos, rede de TV e sinal parabólico, rede de para raios, holofotes de iluminação, sistema de ar condicionado TRV e condensadoras.

6. As inspeções por método visual das anomalias constatadas e demais problemas observados deverão ser registradas e fazerem parte das documentações do Laudo Técnico.

7. Tais anomalias e demais constatações devem ser mensuradas, identificadas e documentadas através de fotos e relatório específico inclusive com fornecimento de arquivos digitalizados.

## **VI – PREÇO, PAGAMENTO E REAJUSTE**

1. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela execução do objeto contratual, o respectivo preço constante da proposta comercial, perfazendo o valor total de R\$ ..... (.....).

1.1. Os pagamentos serão efetuados após a efetiva execução/conclusão de cada parcela dos serviços licitados, na seguinte conformidade:

<b>Medição</b>	<b>Evento</b>	<b>Percentual (%)</b>
1ª	Mobilização de equipe e equipamentos	30
2ª	Término dos serviços de campo	40
3ª	Entrega do laudo (final)	30
	<b>TOTAL</b>	100

1.2. No preço acham-se computados e diluídos todos os ônus decorrentes de despesas diretas e indiretas (mão de obra, maquinário, equipamentos, instalação, acessórios, encargos sociais e quaisquer outras despesas necessárias), mesmo que não tenham sido apontadas expressamente pela CONTRATANTE, desde que tenham relação com os serviços a serem executados.

2. Os pagamentos serão efetuados pelo Departamento Financeiro da "CÂMARA", até o 5º (quinto) dia útil após as medições referidas no item 15.2 e a apresentação da respectiva nota fiscal, devidamente discriminada e atestada por servidor(a) designado(a) pela contratante.

2.1. O não pagamento da fatura, apresentada nas condições previstas, ensejará a incidência da necessária compensação financeira, a ser procedida nos termos da Lei Civil.

3. Não haverá reajustamento do preço pactuado durante a vigência do contrato.

4. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

5. Serviços extraordinários e serviços imprevistos somente serão pagos quando tiverem sido regularmente autorizados na forma prevista neste contrato, mediante a lavratura de prévio Termo Aditivo.

5.1. Os pagamentos relativos a serviços extracontratuais autorizados obedecerão ao critério remuneratório previsto neste contrato, exceto aqueles de natureza diferente das especificações, os quais serão remunerados tendo-se por norma a comparação com os preços vigentes para serviços análogos, apurados para a data em que for apresentado o orçamento para sua execução e compatibilizados com a data base da proposta.

## **VII – FISCALIZAÇÃO**

1. A CONTRATADA designa o(a) Sr.(a) ....., que a representará na execução do contrato, o qual deverá acompanhar a execução, prestando toda a assistência técnica necessária.

2. A CONTRATANTE designa o Diretor Operacional juntamente com o técnico responsável designado através de Portaria, para representá-la na execução do presente contrato, que exercerá a mais ampla e completa fiscalização da execução do contrato, fiscalização essa que, em nenhuma hipótese, eximirá nem reduzirá as responsabilidades legais e contratuais da CONTRATADA.

## **VIII – DA COMISSÃO DE RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS E DAS PENALIDADES**

1. A CONTRATANTE exercerá a mais ampla e completa fiscalização dos serviços contratados através de seu Diretor Operacional auxiliado pela Comissão de Recebimento e Fiscalização. A fiscalização em nenhuma hipótese eximirá nem reduzirá as responsabilidades legais e contratuais da CONTRATADA, seja quanto aos danos materiais e pessoais que forem causados a terceiros, seja por atos próprios da mesma, seja por atitudes de seus operários e prepostos.

2. A Comissão de Recebimento e Fiscalização será designada pela autoridade competente e terá atuação durante toda a vigência do contrato, devendo manifestar-se sobre o laudo, e demais condições que envolvem a execução do contrato, relatando as ocorrências em livro próprio:

a) o Objeto será recebido provisoriamente, no ato da entrega do Laudo, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações descritas no Anexo I da Tomada de Preços.

b) Definitivamente, no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura do Termo de Recebimento Provisório, caso não constatada nenhuma irregularidade após análise do Departamento Requisitante, que caso em acordo com o conteúdo, será lavrado Termo de Recebimento Definitivo, autorizando a emissão da Nota Fiscal.

c) Os recebimentos provisório ou definitivo, não excluirão as responsabilidades civis da contratada, quanto à qualidade, correção e segurança dos laudos, nem quanto ao aspecto ético-profissional pelo perfeito desempenho do contrato;

d) O laudo final sofrerá revisões necessárias até sua plena adequação às exigências contidas no presente edital e no termo de Referência, quando então será emitido o seu aceite definitivo.

2.1. A Comissão de que trata o subitem anterior será composta do Diretor Operacional, do Encarregado de Manutenção e Instalação e um Engenheiro designado pela Câmara, visando o assessoramento técnico que o objeto requer.

2.1.1 Sendo constatada qualquer irregularidade, não se dará o recebimento, ficando a CONTRATADA obrigada a atender às determinações da Comissão de Recebimento e Fiscalização no prazo máximo de 10 (dez) dias, após o qual será efetuado novo exame dos equipamentos.

2.1.2 Na segunda oportunidade, o laudo deverá contemplar definitivamente o requisitado, sendo que, se não estiver em ordem, a CONTRATADA sofrerá aplicação da multa cominada para o atraso diário na conclusão, a contar da data da primeira vistoria, nos termos do Anexo VIII – Ato nº 4, de 22 de março de 2005.

## **IX – VALOR E DOTAÇÃO**

1. VALOR – O valor deste contrato, para efeito de empenho, é de R\$ ..... (            ).

2. DOTAÇÃO – As despesas decorrentes deste contrato onerarão a dotação própria consignada sob o nº 4.4.90.51.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES.

## **X - DOS PRAZOS**

1. PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E ENTREGA DO LAUDO – O prazo total previsto para a execução dos serviços objeto deste Contrato é de 70 (setenta) dias corridos, contados a partir da data de sua assinatura, nas condições estabelecidas no edital e em seus Anexos.

2. PRAZO DE CONTRATAÇÃO – O prazo inicial de vigência será de 12 (doze) meses a partir da data da assinatura do contrato.

3. PRAZO DE GARANTIA - Após a execução dos serviços, existirá um prazo de garantia de 12 (doze) meses, a partir da assinatura do contrato, durante o qual constatado vício do serviço apresentado, a CONTRATADA deverá corrigi-lo no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados de sua notificação, sem qualquer ônus à CONTRATANTE.

## **XI – PENALIDADES**

1. As penalidades estão previstas nas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e os procedimentos relativos à aplicação de multas e outras sanções decorrentes da inexecução total ou parcial dos contratos, no âmbito da Câmara Municipal de Santo André, estão previstos no Anexo VII - Ato nº 4, de 22 de março de 2005.

**XII – RESCISÃO** - Haverá rescisão contratual na ocorrência de qualquer dos motivos elencados no artigo 78, na forma estabelecida no artigo 79, com as consequências previstas no artigo 80, todos da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções enumeradas no artigo 87 da mesma lei.

### **XIII – DISPOSIÇÕES GERAIS**

1. Nenhuma modificação poderá ser feita na prestação dos serviços e nas especificações, sem autorização expressa da Câmara Municipal de Santo André.

2. O fornecimento do objeto do Contrato não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

3. **ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES** - A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, obedecido ao disposto no § 1º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

4. **MANTENÇA DAS CONDIÇÕES HABILITATÓRIAS** - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições habilitatórias e de qualificação exigidas na respectiva licitação.

5. **FORO** - Fica eleito o Foro da Comarca de Santo André, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão oriunda da execução deste contrato.

6. **DA PUBLICIDADE** – A Administração efetivará a publicação resumida deste instrumento de contrato na imprensa oficial, nos termos do Art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente contrato, em 3 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo.

Câmara Municipal de Santo André, ... de ..... de 2017, 464º ano da fundação da cidade.

---

**ALMIR ROBERTO CICOTE**  
**PRESIDENTE**  
**p/ Contratante**

---

**p/ Contratada**

**Testemunha 1:**

Nome: \_\_\_\_\_

RG nº: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

**Testemunha 2:**

Nome: \_\_\_\_\_

RG nº: \_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**ANEXO IX - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO**

**CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ**

**CONTRATADA:**

**CONTRATO N° (DE ORIGEM):**

**OBJETO: ELABORAÇÃO DE LAUDO TÉCNICO COM MENSURAMENTO, ANÁLISE, TESTES E OBSERVÂNCIA DE CONSERVAÇÃO E INTEGRIDADE DE ELEMENTOS ESTRUTURAIS COMPOSTOS NA EDIFICAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ-SP**

**ADVOGADO(S): (\*)**

Na qualidade de Contratante e Contratada, respectivamente, do Termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damo-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, estamos CIENTES, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o art. 90 da Lei Complementar n° 709, de 14 de janeiro de 1993, precedidos de mensagem eletrônica aos interessados.

**Santo André (SP), ..... de ..... de 2017.**

**CONTRATANTE:**

Nome e cargo: Almir Roberto Cicote - Presidente  
E-mail institucional: almircicote@cmsandre.sp.gov.br  
E-mail pessoal: cicote@cicote.com.br

Assinatura: \_\_\_\_\_

**CONTRATADA:**

Nome e cargo:  
E-mail institucional:  
E-mail pessoal:

Assinatura: \_\_\_\_\_

(\*) Facultativo. Indicar quando já constituído.